



Via Certa Financiado ra S.A. - Crédito, Financiame

**Demonstrações financeiras em 30 de
junho de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de Reais)

Senhores acionistas:

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), atendendo às disposições sociais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Títulos e Valores Mobiliários

As operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) apresentaram crescimento de 77,78% no semestre, totalizando R\$ 92.903 em 30 de junho de 2023 (R\$ 52.853 em dezembro de 2022). Em paralelo, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários cresceu 71,92%, totalizando R\$ 4.431 no semestre findo em 30 de junho de 2023 (R\$ 2.577 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

Carteira de Operações de Crédito

Em 30 de junho de 2023, as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 83.136 (R\$ 76.665 em 31 de dezembro de 2022), correspondendo a 22,28% do saldo bruto de operações de crédito (18,85% em 31 de dezembro de 2022), apresentando um crescimento de 3,43 pontos percentuais no semestre.

O saldo bruto das operações de crédito totalizou R\$ 373.155 em junho de 2023 (R\$ 406.635 em 31 de dezembro de 2022), apresentando redução de 8,23% comparado ao período anterior. A redução ocorreu, principalmente, por decisão da administração, onde através de ajustes na política de concessão de crédito, restringiu as aprovações para clientes com perfil de risco mais elevado, com a finalidade de reduzir os níveis de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A financeira intensificou as vendas de produtos com garantia de veículos e imóveis, devido essas operações possuírem menor risco de crédito. Em 30 de junho de 2023, as operações com garantia totalizaram R\$ 42.911 (R\$ 28.482 em junho de 2022), apresentando crescimento de 50,66% comparado com período anterior. As operações com garantia correspondem a 11,5% do total das operações de crédito (7,81% em junho 2022), apresentando crescimento de 3,69 pontos percentuais no período. A carteira de operações de crédito com garantia é composta por 2.874 clientes (2.360 clientes em 30 de junho de 2022), apresentando crescimento de 21,78% no período.

Carteira de captações

Em 2021, a Via Certa estruturou seu processo de captação, através das plataformas da XP Investimentos e BTG Pactual, para financiar suas operações, onde realiza a captação de

recursos por meio da emissão de Letras de Câmbio (LC) e Certificado de Depósito Bancário (CDB).

No semestre findo em 30 de junho de 2023, os Depósitos Bancários cresceram 13,01% no semestre, totalizando R\$ 93.057 (R\$ 82.334 em 31 de dezembro de 2022) e as Letras de Câmbio cresceram 0,43%, totalizando R\$ 221.207 (R\$ 220.270 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média ponderada da captação permaneceu estável, sendo aproximadamente 118% do DI para os dois tipos de instrumentos financeiros e em ambos os períodos.

Resultado do período

Durante o primeiro semestre de 2023, a Financeira apurou R\$ 112.414 (R\$ 106.158 em 30 de junho de 2022) de receitas da intermediação financeira e R\$ 82.683 (R\$ 60.123 em 30 de junho de 2022) de despesas da intermediação financeira, obtendo o resultado bruto da intermediação financeira de R\$ 29.731 (R\$ 46.035 em 2022). Assim, apresentando uma redução de 35,42% no resultado da intermediação financeira comparado ao período anterior. A Via Certa apurou o prejuízo líquido de R\$ (5.578) para o semestre findo em 30 de junho 2023 (Lucro líquido de R\$ 2.779 em 2022).

Fluxo de caixa

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a geração líquida de fluxo de caixa totalizou R\$ 41.889 ((R\$ 17.466) em junho 2022), apresentando um aumento de R\$ 59.355 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Lei do Bem

A Via Certa investe constantemente em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações, visando a geração de novos produtos financeiros, a automatização de processos de negócio e o desenvolvimento de softwares para atender as necessidades internas. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovação possuem benefícios fiscais, que permitem dedução adicional na apuração do lucro real de até 100% dos dispêndios do projeto, desde que apresentados para aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No primeiro semestre de 2023, recebemos a aprovação do primeiro projeto submetido para avaliação do Ministério, onde obtivemos a aprovação integral dos benefícios fiscais solicitados.

Aumento de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Via Certa realizou aumento de capital no valor de R\$ 5.000, totalizando R\$ 38.287 de capital social integralizado.

IMPACTO SOCIAL

Plantando o Bem Transforma - O projeto tem o objetivo transformar vidas através da educação, onde, através de cursos de informática, construímos uma trilha de conhecimento, trazendo para a realidade de cada aluno, as formas de utilizar a tecnologia em seu favor.

Em 2022, foram lançados novos cursos de informática, 100% gratuitos e certificados pelo SENAC-RS, preparados para atender a necessidade de diversas faixas etárias, onde foram impactados 224 alunos. O Projeto também contou com a realização de workshops de educação financeira, em 10 cidades de 3 estados onde atuamos, com 416 mulheres impactadas. Outras ações importantes também foram realizadas para crianças carentes da cidade de Santo Cristo, proporcionando alegria no Dia das Crianças.

A Financeira desenvolveu ações de preservação do meio ambiente, onde, com o apoio de um grupo de colaboradores voluntários, realizou ações de reflorestamento, visando compensar todo o consumo de papel da empresa.

O ano encerrou-se com ação de especial de Natal, onde foram distribuídos mais de 100 kits de material escolar para crianças da comunidade. Além disso, o mesmo kit foi distribuído para os filhos dos funcionários da empresa.

Em 2023, foi realizada a Campanha do Agasalho, onde mobilizamos todo o time de colaboradores e com isso, arrecadamos mais de 700 peças de roupas e calçados para adultos e crianças. Os donativos foram entregues para a Assistência Social e Pastoral da Criança da cidade de Santo Cristo para serem destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Jovem Tecnologia – O objetivo do Programa Jovem Tecnologia é aproximar as empresas e as instituições de ensino, com a finalidade de gerar oportunidades de formação, desenvolvimento e de trabalho, valorizando os jovens talentos regionais e preparando profissionais para atuarem em áreas da Tecnologia.

Em 2022, o Programa beneficiou 30 bolsistas e 125 alunos, sendo acompanhados pela Financeira. Este acompanhamento é permanente, através de participações em aulas e da promoção workshops que agregam conhecimento para os jovens.

Em 2023, estão sendo realizadas novas edições do Programa Jovem Tecnologia, onde disponibilizamos, até o momento, mais 16 bolsas de estudos 100% gratuitas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen), em 31 de dezembro de 2022, a Via Certa possui somente títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação”. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do período.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Assembleia Geral delibera, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal e de distribuição mínima de dividendos, sendo que, assegura a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76.

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e de capital, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta, conforme descrito na nota explicativa 20 e 21.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A Via Certa observa e atende, na contratação dos serviços de auditoria independente, a regulamentação aplicável e os princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor, sendo eles: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Financeira possui processo adequado para a contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Respeitando o disposto, a Financeira contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, sendo que os honorários relativos à auditoria independente do exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 201.

Além disso, visando verificar a qualidade, consistência e cumprimento dos procedimentos e políticas adotadas pela instituição, a Financeira realizou a contratação de serviços de auditoria operacional, executados pela empresa Ramires & Cia Auditores Independentes.

OUVIDORIA

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/20 do Bacen de 23/10/2020, desde 30 de setembro de 2007 é disponibilizado aos colaboradores, clientes, parceiros, terceiros e fornecedores o Canal de Denúncias para comunicação de indícios de ilicitudes de qualquer natureza, relacionados às atividades da Instituição, tais como fraude, corrupção e/ou práticas suspeitas que possam comprometer a ética e integridade de seus negócios bem como qualquer informação que possa afetar a reputação dos controladores e membros de órgãos estatutários, incluído diretores eleitos e/ou contratados.

Mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação da Ouvidoria. Deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Santo Cristo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	95.178	53.289
Disponibilidades		2.275	436
Títulos e Valores Mobiliários		92.903	52.853
Relações Interfinanceiras		2.781	3.295
Instrumentos Financeiros	5	384.124	413.434
Operações de Crédito		373.154	406.635
Outros Créditos com Característica de Crédito		10.970	6.799
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5	(88.226)	(79.719)
Operações de Crédito		(83.136)	(76.665)
Outros Créditos com Característica de Crédito		(5.090)	(3.054)
Créditos Tributários	6	18.699	14.900
Outros Créditos	7	8.544	8.586
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		281	-
Ativo Permanente	8	9.384	8.825
Imobilizado		2.457	2.453
Intangível		10.951	9.722
Depreciações e Amortizações		(4.024)	(3.350)
TOTAL DO ATIVO		430.765	422.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Instrumentos Financeiros		384.774	374.164
Depósitos		93.092	83.258
Depósitos a Prazo	9	93.057	82.344
Outros Depósitos		35	914
Recursos de Aceites Cambiais	10	291.682	290.906
Recursos de Aceites Cambiais		221.207	220.270
Recursos de Letras Financeiras		70.475	70.636
Provisões		725	627
Passivos Contingentes	11	725	627
Outros Passivos		8.477	9.502
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		509	483
Fiscais e Previdenciárias		1.259	1.433
Outras Obrigações	12	6.709	7.586
Patrimônio Líquido	13	36.789	38.317
Capital Social		38.288	33.288
Lucros ou Prejuízos acumulados		(1.499)	5.029
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		430.765	422.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas da Intermediação Financeira	15	112.414	106.158
Rendas de operações de crédito		107.803	103.581
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.611	2.577
Despesas da Intermediação Financeira		(82.683)	(60.122)
Operações de captação no mercado		(29.515)	(20.373)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(53.168)	(39.749)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		29.731	46.036
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(39.109)	(47.020)
Receitas de prestação de serviços	16	12.162	12.587
Despesas de pessoal		(6.542)	(6.504)
Outras despesas administrativas	17	(39.141)	(47.668)
Despesas tributárias	18	(4.699)	(4.828)
Outras receitas operacionais		733	260
Outras despesas operacionais		(1.622)	(867)
Resultado Não Operacional		1	3.552
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(9.377)	2.568
Imposto de Renda e Contribuição Social		3.799	211
Provisão para imposto de renda	14	-	(1.699)
Provisão para contribuição social	14	-	(1.029)
Ativo fiscal diferido	6	3.799	2.939
Resultado do Período		(5.578)	2.779
Quantidade de ações do capital social		100.000	100.000
Resultado por ação - em R\$		(55,78)	27,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	(5.578)	2.779
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(5.578)</u>	<u>2.779</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2022	33.288	2.849	228	-	36.365
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-	2.779	2.779
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	139	-	(139)	-
Reserva estatutária	-	-	2.640	(2.640)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(626)	-	(626)
Saldos em 30 de junho de 2022	33.288	2.988	2.242	-	38.518
Mutações do período	-	139	2.014	-	2.153
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	33.288	2.988	2.041	-	38.317
Aumento de capital	5.000	-	-	-	5.000
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-	(5.578)	(5.578)
Destinação dos lucros e prejuízos:					
Reservas	-	(2.988)	(1.091)	4.079	-
Dividendos distribuídos	-	-	(950)	-	(950)
Saldos em 30 de junho de 2023	38.288	-	-	(1.499)	36.789
Mutações do período	5.000	(2.988)	(2.041)	(1.499)	(1.528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do fluxo de caixa

Para semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do semestre após o imposto de renda e contribuição social	(5.578)	2.779
Ajustes por:		
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	53.168	39.749
Provisão passivos contingentes	98	(37)
Depreciações e amortizações	684	531
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.799)	(2.939)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	2.728
Lucro líquido do semestre ajustado	<u>50.151</u>	<u>40.032</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução / (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	514	(363)
(Aumento) em operações de crédito	(15.351)	(85.650)
(Aumento) / Redução em outros créditos	(175)	320
Aumento em depósitos a prazo e outros depósitos	9.833	19.111
Aumento em relações interfinanceiras	-	171
Aumento em recursos de aceites cambiais	776	5.554
(Redução) em outras obrigações	(1.025)	(545)
	<u>(5.428)</u>	<u>(61.402)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(64)</u>	<u>(4.030)</u>
Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais	<u>39.081</u>	<u>(22.621)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(14)	(187)
Baixa de imobilizado de uso	1	7.701
Aquisição de intangível	(1.229)	(1.732)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.242)</u>	<u>5.781</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Integralização de capital	5.000	-
Dividendos pagos	(950)	(626)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>4.050</u>	<u>(626)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>41.889</u>	<u>(17.466)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	53.289	56.707
No fim do período	95.178	39.241
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>41.889</u>	<u>(17.466)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Via Certa” ou “Financeira”), instituição financeira privada, com sede no Brasil, na rua Tenente Jung, 366, Centro, Santo Cristo, Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e está autorizada, conforme o despacho de 05/07/2002, publicado no Diário Oficial de 10/07/2002, a operar com o financiamento de operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e de partes relacionadas.

A Financeira foi fundada a partir da decisão de incluir no antigo grupo Lojas Quero-Quero S. A, uma empresa que estivesse apta, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, a efetuar operações de crédito destinadas aos clientes do grupo.

Visando ampliar seu mercado de atuação, em janeiro de 2012, a empresa concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e a criação de uma estrutura totalmente desvinculada ao Grupo Quero-Quero, para passar a operar no mercado de Crédito Pessoal (CP), Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e cartões Private Label, através de novas parcerias fora do Grupo.

A Financeira possui mais de 5 mil pontos de venda e atua, praticamente, em todos os Estados do Brasil, através da contratação de Correspondentes Bancários. A Financeira possui contratos de parceria para financiamento dos usuários de cartões de crédito das Lojas Quero-Quero, Lojas Breithaupt, Lojas Holz, Lojas Hoje e Cartões Sigacred. Além disso, possui uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard).

A Financeira opera, basicamente, com um ticket reduzido em operações pulverizadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC. A Financeira não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais.

A acionista, Via Certa Participações e Investimento S. A., é sua controladora integral.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A Administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 28 de agosto de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação a partir dessa data.

3 Resumo das práticas contábeis

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativa contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras incluem estimativas e premissas, como mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, depreciação e amortização. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, em moeda nacional e estrangeira, e aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Instrumentos financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

(i) *Títulos disponíveis para venda*

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) *Títulos mantidos até o vencimento*

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

(iii) *Títulos para negociação*

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre e são apresentados no circulante independente do seu vencimento.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

f. Valor justo de instrumentos financeiros

A Financeira cumpre as instruções do CPC 46, na contabilização dos seus instrumentos financeiros sujeitos a contabilização a valor justo, onde define o valor justo como sendo o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo, em uma transação não forçada, entre participantes do mercado principal, na data da mensuração. O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade.

Para alguns ativos e passivos, pode haver informações da sua cotação no mercado ou de transações observáveis disponíveis. Quando o preço para um ativo ou passivo idêntico não é observável, a entidade mensura o valor justo utilizando outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis.

A orientação contábil fornece uma hierarquia, em três níveis, para a classificação de instrumentos financeiros contabilizados a valor justo. A hierarquia dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1), seguido da mensuração através de técnicas de avaliação que utilizam como base dados observáveis (informação de Nível 2) e a mais baixa prioridade a avaliações com dados não observáveis (informações de Nível 3).

g. Operações de crédito e perdas esperadas

A Financeira observa e atende as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e mensuração perdas estimadas em operações de crédito.

Conforme definido em política interna, as perdas esperadas são estimadas para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente da inadimplência ou desvalorização dos instrumentos financeiros em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito, observando os limites mínimos estabelecidos na tabela progressiva.

As operações são classificadas, de acordo com os parâmetros estabelecidos referida resolução, em nove níveis de risco, sendo AA, A, B, C, D, E, F e H, onde AA representa as operações de menor risco e H as de maior risco.

A Financeira adota o previsto no Art. 5º da Resolução 2.682/99 para fins de alocação do risco de crédito. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é inferior a R\$ 50.000,00, são classificadas, inicialmente, no nível de risco “A” e reclassificados, mensalmente, com base na inadimplência. As operações de crédito, cujo saldo devedor total da contraparte é superior a R\$ 50.000,00, são classificadas com base no modelo interno de avaliação do risco de crédito no momento da origem do contrato e atualizado, semestralmente, nas datas bases das demonstrações financeiras.

As operações de créditos são contabilizadas pelo método do custo amortizado, onde o ativo financeiro é reconhecido, inicialmente, pelo valor da transação e, posteriormente, ajustado pelo valor das receitas geradas e deduzido das parcelas recebidas e do saldo de perdas estimadas associadas ao risco de crédito. A receita da intermediação financeira é reconhecida através da taxa de juros nominal e os custos incrementais e as receitas de originação registradas diretamente no resultado.

Os juros referentes às operações de crédito em dia e vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia ou renegociadas, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira considera, para todas as modalidades de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

h. Ativo permanente

O imobilizado é registrado pelo do custo de aquisição, que corresponde ao valor do bem, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos incorpóreos, são reconhecidos, pelo custo de aquisição, a partir do momento em que os ativos são identificáveis, controlados pela Financeira e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Os investimentos em ativos intangíveis gerados internamente, são capitalizados, somente, a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar a viabilidade técnica para concluir, a intenção de conclusão, a disponibilidade de recursos, a capacidade de uso ou venda, a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis e puder demonstrar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Os ativos intangíveis são classificados em ativos com a vida útil definida e indefinida. Os ativos de vida útil definida são amortizados pelo método linear com base no prazo de vida útil. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e possuem seu saldo testado, anualmente, pelo teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment).

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são avaliados, anualmente, a fim de identificar indicativos de impairment, caso seja constatado algum indício de desvalorização os ativos são submetidos ao teste de impairment. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de impairment, anualmente, independentemente de apresentarem indicativos de desvalorização.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor justo do ativo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

j. Recursos de aceite e emissão de títulos e depósitos a prazo

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

k. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (IR)	15% + Adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2.2% e 4.2%

Excepcionalmente, entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi majorada para 16%, de acordo com a Lei 14.446/22. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração.

l. Ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisão, passivos e ativos contingentes aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** – Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração acredita que sua realização é praticamente certa e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

- **Passivos contingentes** – A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas é realizada com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável** – A provisão para passivo contingente é reconhecida nas demonstrações financeiras;
- **Possível** – Os valores são divulgados nas notas explicativas, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto** – não requer provisão e nem divulgação em notas explicativas.

m. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os períodos de 2022 e 2023, o resultado da financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Mudanças em políticas contábeis

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição e encaminhado para o Banco Central do Brasil.

(i) Plano de Implementação da Resolução CMN 4.966/21

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

(ii) Resolução BCB nº 309/22:

Em março de 2023, como complemento a Resolução CMN nº 4966/21, o Banco Central emitiu a Resolução BCB nº 309, a qual estabelece detalhes técnicos de como aplicar conceitos como definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução deverá ser observada pela entidade para refinamento dos parâmetros do plano de implementação, visto que define conceitos fundamentais de itens da norma. Essa Resolução estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

(iii) Status do Plano de implementação

A Financeira concluiu a elaboração das novas políticas contábeis para contabilização dos instrumentos financeiros e apuração da perda esperada, de acordo com os critérios das novas regulamentações.

O Mapeamento sistêmico e as requisições das customizações necessárias para implementação das novas regras contábeis estão na fase de conclusão, estando previsto o início do desenvolvimento das customizações sistêmicas necessárias para o segundo semestre de 2023.

Além disso, está em desenvolvimento o modelo de perda esperada, de acordo com a metodologia simplificada da Res. BCB 309/22, com previsão de entrega para 31/12/2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades (1)	2.275	436
Títulos e valores mobiliários (2)	<u>92.903</u>	<u>52.853</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>95.178</u>	<u>53.289</u>

- (1) Corresponde aos saldos mantidos em caixa e de depósitos bancários
- (2) Refere-se aos investimentos em cotas de fundos de investimentos (FI) de renda fixa, que investem a maior parte de seu patrimônio em títulos do Tesouro Nacional, e sem carência para resgate. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

A Financeira não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e 2023.

5 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e antecipações de recebíveis, concedidas a pessoas físicas e jurídica, decorrentes de vendas diretas da Financeira, através de correspondentes bancários e advindas de contratos de parceria para financiamento de operações de aquisições de mercadorias através Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Breithaupt, Cartão Holz e Cartão Hoje.

A rubrica de “Outros créditos” refere-se a títulos com característica de concessão de crédito, recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682/99 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

a. Composição por tipos de operações

	30/06/2023	31/12/2022
Setor privado		
Empréstimos e antecipação de recebíveis	296.712	311.716
Financiamentos	76.442	94.919
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	10.970	6.799
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	<u>(88.226)</u>	<u>(79.719)</u>
Total	<u>295.898</u>	<u>333.715</u>
Circulante	244.501	277.981
Realizável a longo prazo	51.397	55.734

b. Composição por tipo de cliente

Tipo cliente	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total 30/06/2023	Total 31/12/2022
Pessoas físicas	294.403	76.147	10.444	380.994	410.063
Pessoas jurídicas	2.309	295	526	3.130	3.371
Total da carteira	<u>296.712</u>	<u>76.442</u>	<u>10.970</u>	<u>384.124</u>	<u>413.434</u>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(70.375)	(12.761)	(5.090)	(88.226)	(79.719)
Total líquido	<u><u>226.337</u></u>	<u><u>63.681</u></u>	<u><u>5.880</u></u>	<u><u>295.898</u></u>	<u><u>333.715</u></u>

c. Composição por vencimento

Vencimentos	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total 30/062023	Total 31/12/2022
Vencidos					
A partir de 15 dias	54.790	10.203	9.696	74.689	69.599
A Vencer					
Até 3 meses	84.837	22.552	1.274	108.663	119.352
De 3 a 12 meses	112.685	32.170	-	144.855	165.349
De 1 a 3 anos	37.053	10.808	-	47.861	49.853
Após 3 anos	7.347	709	-	8.056	9.281
Total da carteira	296.712	76.442	10.970	384.124	413.434
Perda estimada - Curto prazo	(66.489)	(12.128)	(5.090)	(83.707)	(76.319)
Perda estimada - Longo prazo	(3.886)	(633)	-	(4.519)	(3.400)
Total de perda estimada	(70.375)	(12.761)	(5.090)	(88.226)	(79.719)
Total líquido	226.337	63.681	5.880	295.898	333.715

d. Composição por nível de risco

Nível	Operações de crédito em 2023				Provisão em 2023	
	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total	%	PECLD
A	168.381	54.236	1.053	223.670	0,5%	(1.118)
B	17.203	3.827	1.286	22.316	1%	(223)
C	14.666	2.113	1.166	17.945	3%	(538)
D	13.260	1.645	1.073	15.978	10%	(1.598)
E	10.367	1.485	958	12.810	30%	(3.843)
F	10.653	1.829	986	13.468	50%	(6.734)
G	10.079	1.477	997	12.553	70%	(8.787)
H	52.103	9.830	3.451	65.384	100%	(65.385)
Total	296.712	76.442	10.970	384.124		(88.226)

Nível	Operações de crédito em 2022				Provisão em 2022	
	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total	%	PECLD
A	188.472	71.045	686	260.203	0,50%	(1.301)
B	16.485	4.317	967	21.769	1,00%	(218)
C	14.882	2.789	863	18.534	3,00%	(556)
D	13.489	2.138	581	16.208	10%	(1.621)
E	12.169	2.378	520	15.067	30%	(4.520)
F	10.759	1.980	580	13.319	50%	(6.659)
G	9.557	1.772	306	11.635	70%	(8.145)
H	45.903	8.500	2.296	56.699	100%	(56.699)
Total	311.716	94.919	6.799	413.434		(79.719)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, os créditos renegociados totalizaram R\$ 78.391 (R\$ 66.808 em 30 de junho de 2022), as baixas para prejuízo totalizaram R\$ 44.660 (R\$ 27.093 em 30 de junho de 2022) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo, líquido de IOF, totalizaram R\$ 4.698 (R\$ 4.507 em 30 de junho 2022).

e. Movimentação da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	<u>(79.719)</u>	<u>(50.559)</u>
Constituição de provisão para perdas	(66.064)	(77.759)
Reversão de provisão para perdas	12.897	21.506
Créditos baixados para prejuízo	44.660	27.093
Saldo final	<u><u>(88.226)</u></u>	<u><u>(79.719)</u></u>

f. Concentração das operações de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Dez maiores devedores	2.140	2.029
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,56%	0,49%
Cinquenta maiores devedores seguintes	5.550	4.131
Percentual do total da carteira de operações de crédito	<u>1,45%</u>	<u>1,00%</u>

6 Créditos tributários

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores dos tributos diferidos são os seguintes:

a. Composição por base de diferimento

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
Itens base do diferimento				
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	10.416	6.249	16.665	14.650
Provisão para passivos contingentes	181	109	290	250
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>1.090</u>	<u>654</u>	<u>1.744</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>11.687</u></u>	<u><u>7.012</u></u>	<u><u>18.699</u></u>	<u><u>14.900</u></u>

b. Apuração

	30/06/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias		

Saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	41.663	36.624
Saldo de provisões para contingências	725	627
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.360	-
Total de diferenças temporárias	46.748	37.251
Imposto de renda diferido	11.687	9.312
Contribuição social sobre o lucro líquido diferido	<u>7.012</u>	<u>5.588</u>
Total	<u>18.699</u>	<u>14.900</u>
Circulante	17.050	13.829
Realizável a longo prazo	1.649	1.071

c. Movimentação

	30/062023	31/12/2022
Saldo inicial crédito tributário diferido	14.900	9.444
Imposto de renda	2.375	3.410
Contribuição social	<u>1.424</u>	<u>2.046</u>
Saldo final crédito tributário diferido	<u>18.699</u>	<u>14.900</u>
% sobre o patrimônio líquido	50,83%	38,89%

d. Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período de realização	30/06/2023	31/12/2022
0 a 12 meses	17.050	13.829
13 a 24 meses	<u>1.649</u>	<u>1.071</u>
Saldo final crédito tributário diferido	<u>18.699</u>	<u>14.900</u>

e. Valor presente

Conforme orientações da Resolução nº 4.842 de 30/07/2020, a Financeira apurou o valor presente dos tributos diferidos, descontando o saldo de R\$ 18.699 (R\$ 14.900 em 31 de dezembro de 2022) pela taxa Selic de 13,75% a.a., conforme o prazo remanescente estimado de cada base de cálculo, apurando o valor presente de R\$ 17.865 (R\$ 14.415 em 31 de dezembro de 2022).

7 Outros créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Outros créditos		
Impostos e contribuições a compensar (1)	5.646	5.211
Devedores diversos – País (3)	1.181	1.649
Despesas antecipadas (2)	1.001	1.201
Depósitos judiciais	574	434
Adiantamentos e antecipações salariais	41	56
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 19. a)	101	35

Total	8.544	8.586
--------------	--------------	--------------

- (1) Referem-se aos saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social, sendo que, do total a compensar, R\$ 4.590 refere-se a créditos apurados sobre o benefício fiscal da Lei do Bem, nos períodos de 2021 e 2022.
- (2) Referem-se as despesas antecipadas com seguros, vale alimentação e corretagem sobre captações.
- (3) Do total de devedores diversos país R\$ 705 (605 em 31/12/2022), refere-se a créditos a receber, em até dois dias, das parcelas conveniadas e de comissões seguro e proteção financeira a receber de Icatu Seguros S.A.

8 Ativo permanente

a. Composição do ativo permanente

	30/06/2023	31/12/2022
Imobilizado		
Imobilizado de uso bruto	2.457	2.453
Depreciação acumulada	(1.623)	(1.493)
Total do Imobilizado líquido	834	960
Intangível		
Intangível em desenvolvimento	1.227	2.982
Intangível em uso bruto	9.724	6.740
Amortização acumulada	(2.401)	(1.857)
Total intangível líquido	8.550	7.865
Total	9.384	8.825

b. Movimentação do ativo permanente

		2022		Movimentações do período				30/06/2023
		Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa deprec.	Transf.	Deprec.
Imobilizado de Uso								
Equip. de processamento de dados	20%	351	9	(10)	9	-	(65)	294
Mobiliário	10%	288	5	-	-	-	(21)	272
Instalações	20%	306	-	-	-	-	(46)	260
Equip. de informática	20%	15	-	-	-	-	(7)	8
Total imobilizado		960	14	(10)	9	-	(139)	834
Intangível		4.883	1	-	-	2.982	(544)	7.322
Ativo Intangível em curso - APP		3.707	-	-	-	2.982	(372)	6.317
Licença perpetua de uso código fonte	10%	1.042	-	-	-	-	(82)	960
Licença sistema p/ controladoria	122%	132	-	-	-	-	(88)	44
Licença e direitos de uso software	10%	2	1	-	-	-	(2)	1
Intangível em curso		2.982	1.228	-	-	(2.982)	-	1.228
Ativo Intangível Em Curso - APP	-	2.982	875	-	-	(2.982)	-	875
Implantacao inteligencia artificial	-	-	190	-	-	-	-	190
Desenvolvimento Modelo Perda Esperada	-	-	86	-	-	-	-	86
Ativo Intangível Em Curso - FIDC	-	-	77	-	-	-	-	77
Total intangível		7.865	1.229	-	-	-	(544)	8.550
Total ativo permanente		8.825	1.243	(10)	9	-	(683)	9.384

	2021		Movimentações do período				2022	
	Taxa anual	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa depreciação	Transf.	Depreciação	Saldo líquido
Imobilizado em desenvolvimento		321	-	-	-	(321)	-	-
Instalações		321	-	-	-	(321)	-	-
Imobilizado em uso		8.593	262	(9.173)	1.472	321	(515)	960
Instalações	20%	77	-	-	-	321	(92)	306
Mobiliário	10%	202	126	(2)	0	-	(38)	288
Equip. proces. dados	20%	362	136	(42)	36	-	(141)	351
Sistema software	20%	30	-	(27)	27	-	(15)	15
Veículos	20%	-	-	-	-	-	-	-
Aeronave	10%	7.844	-	(9.015)	1.397	-	(225)	-
Outros Imobilizados	10%	78	-	(87)	13	-	(3)	-
Total do imobilizado		8.914	262	(9.173)	1.472	-	(515)	960
Intangível em desenvolvimento		3.892	2.982	-	-	(3.892)	-	2.982
Aplicativo banking	5%	3.892	2.982	-	-	(3.892)	-	2.982
Intangível em uso		1.242	317	(420)	281	-	(429)	4.883
Código fonte ERCARD	5%	1.102	-	-	-	-	(60)	1.042
Licenças de software	10%	0	2	(1)	1	-	0	1
Licença sistema orçamentário	100%	139	316	(419)	279	-	(184)	133
Ativo intangível em curso - APP	5%	-	-	-	-	3.892	(185)	3.707
Total do intangível		5.134	3.300	(420)	281	-	(429)	7.865
Total do ativo permanente		14.048	3.562	(9.593)	1.753	-	(944)	8.825

A Financeira avaliou os ativos e não identificou indicativos de impairment.

9 Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 100% a 139% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem liquidez, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos.

Vencimentos	30/06/2023			31/12/2022		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
A vencer até 3 meses	-	520	520	-	857	857
A vencer de 3 a 12 meses	3.738	503	4.241	169	1.738	1.907
A vencer de 1 a 3 anos	88.296	-	88.296	79.344	236	79.580
A vencer de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
Total	92.034	1.023	93.057	79.513	2.831	82.344
Circulante	3.738	1.023	4.761	169	2.595	2.764
Exigível em longo prazo	88.296	-	88.296	79.344	236	79.580

10 Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos

Referem-se as Letras Financeiras, sem liquidez e remuneração básica de 130% do CDI, Letras de Câmbio pós-fixado com remuneração entre 102% e 139% do CDI e Letras de Câmbio pré-fixado com remuneração entre 5,56% e 9,46%, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos.

Vencimentos	30/06/2023			31/12/2022		
	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total	Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total
A vencer até 3 meses	-	4.456	4.456	-	1.842	1.842
A vencer de 3 a 12 meses	-	14.726	14.726	-	25.592	25.592
A vencer de 1 a 3 anos	(2) 54.301	162.251	216.552	(2) 54.426	192.836	247.262
A vencer de 3 a 5 anos	-	39.774	39.774	-	-	-
A Vencer de 5 a 15 anos	(3) 16.174	-	16.174	(3) 16.210	-	16.210
Total	70.475	221.207	291.682	70.636	220.270	290.906
Circulante	-	19.182	19.182	-	27.434	27.434
Exigível em longo prazo	70.475	202.025	272.500	70.636	192.836	263.472

- (1) Letras de câmbio, com liquidez R\$ 156.237 (R\$ 157.797 em 2022) e sem liquidez R\$ 135.445 (R\$ 133.109 em 2022).
- (2) Letras financeiras sem subordinação e sem liquidez, vinculadas às variações diárias do DI, com remuneração de 140% do CDI.
- (3) Letras financeiras subordinadas, autorizadas a compor patrimônio de referência nível 2, com remuneração de 130% do CDI.

11 Passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Financeira constitui provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Natureza		
Processos judiciais Cíveis	725	627
Total	725	627

Em 30 de junho de 2023, a Financeira apresenta R\$ 6.313 (R\$ 5.479 em 2022) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, sendo R\$ 4.427 e R\$ 1.886 de processos cíveis e trabalhistas, respectivamente (R\$ 4.247 e R\$ 1.232 em 31 de dezembro de 2022).

b. Movimentação das provisões

Natureza	Movimentação do período				30/06/2023
	31/12/2022	Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	
Processos judiciais cíveis	627	159	(46)	(15)	725
Total	627	159	(46)	(15)	725

Natureza	Movimentação do período				2022
	2021	Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	
Processos judiciais cíveis	674	208	(132)	(123)	627
Processos judiciais trabalhistas	140	-	(140)	-	-
Total	814	208	(272)	(123)	627

12 Outras obrigações – diversas

	30/06/2023	31/12/2022
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	2.393	3.209
Credores diversos – País (2)	2.688	2.863
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	1.628	1.514
Total	6.709	7.586
Circulante	6.709	7.586
Exigível em longo prazo	-	-

- (1) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 19) e valores a repassar com as sociedades parceiras Verde Administradora de Cartões de Crédito S. A e Lojas Quero-Quero S. A, representação comercial e comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.
- (2) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parcerias.
- (3) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a salários a pagar, provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica.

13 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 38.288 (R\$ 33.288 em 2022), e está representado por 100.000 ações ordinárias (em 2022 total de 100.000 ações), todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. Em 06 de junho de 2023

foi aprovado, pelo Bacen, o aumento de capital social de R\$ 5.000 (Cinco milhões de reais), integralizados em moeda corrente e sem emissão de novas ações.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2023, a Financeira reverteu o saldo total da reserva legal, sendo R\$ 2.988, devido ao prejuízo apurado no período.

c. Dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

(i) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	30/06/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	(5.578)	2.578
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	645
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos no período	-	398
Dividendos do período a distribuir	-	247

(ii) Dividendos distribuídos no período

	30/06/2023	31/12/2022
	(2)	(1)
Dividendos de exercícios anteriores	950	228
Dividendos mínimos obrigatório	-	398
Total dos dividendos distribuídos no período	950	626

- (1) Durante o primeiro semestre de 2022, foram pagos, a título de dividendos, o montante de R\$ 626, sendo R\$ 228 referente ao exercício 2021 e R\$ 398 referente ao exercício de 2022, conforme deliberação da Diretoria em reunião realizada em 20 de abril de 2022 e pagamentos efetuados nesta data. O saldo remanescente referente aos dividendos de 2022, terá a data de pagamento aprovada pela Diretoria no primeiro semestre de 2023.
- (2) Durante o primeiro semestre de 2023, foram pagos dividendos no montante de R\$ 950 referente ao exercício de 2022. O saldo residual foi revertido devido prejuízo do período corrente.

14 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.377)	2.568
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	5.017	7.354
Adição:		
Diferenças temporárias de provisões de PECLD	60.683	44.415
Diferenças temporárias de provisões de passivos contingentes	176	106
Despesas indedutíveis	-	6
Exclusão:		
(-) Exclusões por perdas fiscais de PECLD	(55.644)	(37.030)
(-) Exclusões por reversão diferenças temporárias de provisões de passivos contingentes	(198)	(143)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	<u>(4.360)</u>	<u>9.922</u>
Apuração imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(3.952)</u>
Ajustes lei do bem (1)	<u>-</u>	<u>1.224</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente (líquidos)	<u><u>-</u></u>	<u><u>(2.728)</u></u>

- (1) A Financeira realizou projetos no âmbito da Lei do Bem e atualmente aguarda aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para aproveitamento do benefício fiscal, conforme previsto na lei 11.196/05.

15 Receitas da intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de operações de crédito	103.104	99.073
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (1)	4.699	4.508
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.431	2.577
Rendas de aplicações interfinanceira	180	-
Total	<u><u>112.414</u></u>	<u><u>106.158</u></u>

- (1) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

16 Receita de prestação de serviços

	30/06/2023	30/06/2022
Receita de serviços prioritários (1)	9.598	8.995
Receita com comissões sobre vendas de seguros (2)	2.473	3.454
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança	89	133
Receita de outros serviços	2	15
Total	<u><u>12.162</u></u>	<u><u>12.587</u></u>

- (1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito, totalizando R\$ 8.286 e R\$ 1.136, respectivamente (em 30 de junho de 2022 R\$ 8.158 e R\$ 704).
- (2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

17 Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de serviços de terceiros (1)	26.875	32.773
Despesas com serviços técnicos especializados	4.477	3.412
Despesas com processamento de dados	3.922	4.515
Outras despesas	2.972	4.826
Despesas com propaganda e publicidade	725	1.802
Despesas com viagens	134	262
Despesas de comunicações	36	78
Total	39.141	47.668

- (1) Do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 19.605 (R\$ 21.789 em 30 de junho 2022) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regida por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

18 Despesas tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.636	3.759
Programa de Integração Social (PIS)	591	611
Imposto Sobre Serviços (ISS)	460	458
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	8	-
Imposto sobre Propr. de Veículos Automotores (IPVA)	4	-
Total	4.699	4.828

19 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, conforme apresentado abaixo:

**Via Certa Financiadora S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimentos**
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023

30/06/2023										
Empresas	Ativo			Passivo			Resultado			
	Serviços		Captações	Profit	Repasses	Comissões	Rec. Seguro	Rec. Serv. Fide	Desp. adm.	Desp. Financeiras
	FIDC	Profit								
	(1)		(2)		(4)			(3)		
Quero Quero Verdecard Inst. Pagto. S.A	30	14	-	-	(1.425)	-	-	178	(243)	-
Lojas Quero - Quero S.A	-	57	-	-	-	-	94	-	(4.407)	-
Fácil promotora de Vendas e Serviços S/A	-	-	-	-	-	(1.220)	-	-	(14.955)	(11)
Agropecuária Sentinela das Coxilhas S/A	-	-	(447)	-	-	-	-	-	-	(108)
Via Certa Participações e Invest S/A	-	-	(213)	-	-	-	-	-	-	(31)
Luar Participações e Invest S/A	-	-	(2.203)	-	-	-	-	-	-	(157)
Hammer Participações e Invest S/A	-	-	(15.662)	-	-	-	-	-	-	(1.276)
Scholze Participações S/A	-	-	(838)	-	-	-	-	-	-	(67)
Scholze Incorporações Imobiliárias Ltda	-	-	(5.712)	-	-	-	-	-	-	(305)
Hammerschmitt & Cia Ltda	-	-	(621)	-	-	-	-	-	-	(26)
AAA Participações e Invest S/A	-	-	(229)	-	-	-	-	-	-	(23)
Luar Incorporações Imobiliárias Ltda	-	-	(8.819)	-	-	-	-	-	-	(698)
Asas Comercio de Veículos LTDA	-	-	(668)	-	-	-	-	-	-	(59)
C S Z – Admin. de imóveis próprios LTDA	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	(1)
Fernando Scholze agropecuária LTDA	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	(1)
RIF AIR Participações LTDA	-	-	(228)	-	-	-	-	-	-	(6)
Green fomento coml LTDA	-	-	(240)	-	-	-	-	-	-	(17)
Transportes madrugada LTDA	-	-	(174)	-	-	-	-	-	-	(12)
Via Certa - Empreendimentos imobiliários	-	-	(484)	-	-	-	-	-	-	(25)
Pessoas Físicas Ligados	-	-	(178.536)	-	-	-	-	-	-	(13.652)
Total	30	71	(215.097)	-	(1.425)	(1.220)	94	178	(19.605)	(16.475)

30/06/2022										
Empresas	Ativo			Passivo			Resultado			
	Serviços		Captações	Profit	Repasses	Comissões	Rec. Seguro	Rec. Serv. Fide	Desp. adm.	Desp. Financeiras
	FIDC	Profit								
	(1)		(2)		(4)			(3)		
Quero Quero Verdecard Inst. Pagto. S.A	29	-	-	(55)	(1.138)	-	-	123	(1.210)	-
Lojas Quero - Quero S.A	-	-	-	(219)	-	-	43	-	(3.124)	-
Fácil promotora de Vendas e Serviços S/A	-	-	-	-	-	(1.339)	-	-	(17.455)	(27)
Agropecuária Sentinela das Coxilhas S/A	-	-	(601)	-	-	-	-	-	-	(455)
Via Certa Participações e Invest S/A	-	-	(643)	-	-	-	-	-	-	(43)
Luar Participações e Invest S/A	-	-	(1.866)	-	-	-	-	-	-	(112)
Hammer Participações e Invest S/A	-	-	(15.929)	-	-	-	-	-	-	(943)
Scholze Participações S/A	-	-	(860)	-	-	-	-	-	-	(54)
Scholze Incorporações Imobiliárias Ltda	-	-	(1.304)	-	-	-	-	-	-	(78)
Hammerschmitt & Cia Ltda	-	-	(913)	-	-	-	-	-	-	(47)
AAA Participações e Invest S/A	-	-	(286)	-	-	-	-	-	-	(19)
Luar Incorporações Imobiliárias Ltda	-	-	(11.217)	-	-	-	-	-	-	(89)
Asas Comercio de Veículos LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
C S Z – Admin. de imóveis próprios LTDA	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Scholze agropecuária LTDA	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-
Green fomento coml LTDA	-	-	(212)	-	-	-	-	-	-	(10)
Transportes madrugada LTDA	-	-	(154)	-	-	-	-	-	-	-
Via Certa - Empreendimentos imobiliários	-	-	(585)	-	-	-	-	-	-	(21)
Pessoas Físicas Ligados	-	-	(183.058)	-	-	-	-	-	-	(12.114)
Total	29	-	(217.648)	(274)	(1.138)	(1.339)	43	123	(21.789)	(14.015)

- (1) Os valores a receber da Quero Quero Verdecard referem-se à prestação de serviços financeiros para FIDC.
- (2) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 140% do CDI.
- (3) (Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2024, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira e comissões, serviços de representação comercial, cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A.

- (4) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas no último dia do exercício, a serem repassados em D+1.

20 Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos

	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração dos administradores	965	429
Encargos sociais s/ remuneração dos administradores	217	97
Total	1.183	526

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos significativos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas e jurídicas que participam no capital social da Financeira; (iii) pessoas jurídicas investidas cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

21 Gerenciamento de riscos

A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do CMN, permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta.

A estrutura implementada é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

As atividades de gerenciamento do risco são desempenhadas pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, auditoria interna, auditoria externa, comitê de riscos e diretoria, conforme definido na Política Interna de Gestão de Riscos, disponível no site da Financeira. A Área de Gestão de Riscos e Compliance é uma unidade de controle independente e segregada das unidades que executam as atividades operacionais e de auditoria.

A Declaração de Apetite por Risco (RAS) representa o valor máximo de perda que uma instituição está disposta a suportar, preservados os seus objetivos estratégicos e resultados, levando em consideração a qualidade dos processos; a qualidade do sistema de controles internos; as especificidades dos mercados e produtos em que opere; o grau de eficácia dos mitigadores de risco utilizados; e a capacitação dos colaboradores.

Os níveis dos diversos riscos - baixo, médio ou alto - são definidos em consonância com as metas estabelecidas no planejamento estratégico, e levam em consideração a cultura, o perfil e o histórico de atuação da instituição junto ao seu público-alvo nos diversos mercados em que atua ou pretende passar a atuar.

Os principais riscos que a entidade está exposta são: Risco de crédito, de mercado, operacional e de liquidez.

a. Risco de crédito

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização de instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, reestruturação e custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito trata-se de um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimento, por meio dos quais a instituição acompanha o nível de risco a que se encontra exposta em suas operações de crédito. O risco de crédito será monitorado e gerenciado a partir de relatórios de indicadores, os quais serão utilizados para aferir o grau de aderência dos resultados aos objetivos e metas estabelecidos, viabilizando eventuais revisões e ajustes no processo de crédito como um todo, inclusive políticas e estratégias.

O gerenciamento do risco de crédito terá como fundamento o acompanhamento de um conjunto de indicadores capazes de avaliar os riscos associados: a inadimplência, a concentração, os mitigadores e os pagamentos/recebimentos.

A instituição define como médio-baixo o nível de risco que está disposta a expor-se em sua carteira de crédito. O nível de risco médio-baixo é resultante da ponderação dos diversos níveis de riscos inerentes aos produtos e mercados em que a instituição opera, consideradas as respectivas concentrações e composição da carteira.

b. Risco de liquidez

Define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado.

A gestão de liquidez é composta por um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse.

Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, podem ser utilizados indicadores para avaliar: a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse.

A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável.

c. Risco de mercado

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Financeira utiliza a abordagem de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária.

O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco.

A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo.

d. Risco operacional

Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes.

A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas.

A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

22 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo na resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com sua estratégia, a Financeira implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

A Financeira observa as orientações da resolução nº 4.955 do CMN para a apuração do Patrimônio de Referência, que consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, onde o Nível 1 é composto de Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é composto de capital principal, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais. O Capital Complementar e o capital de Nível 2 consistem em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas e que atendem aos requisitos de elegibilidade, estabelecidos nos art. 6º e 7º da referida norma, respectivamente.

De acordo a resolução nº 4.958 do CMN, a entidade calcula os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, a Financeira apura o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito (RWAcpad), de Mercado (RWAm pad) e operacional (RWAopad), ambos apurados por metodologias padronizadas.

a. Resumo do demonstrativo de limites operacionais – DLO

Conta	Descrição	30/06/2023	31/12/2022
	Patrimônio de referência		
100	Patrimônio de referência - PR	42.669	46.662
110	Patrimônio de referência nível I - PRN1	26.495	30.452
111	Capital principal - CP	26.495	30.452
112	Capital complementar - CC	-	-
120	Patrimônio de referência nível II - PRN2	16.173	16.210
	Ativos ponderados pelo risco - RWA		
700	RWA para risco crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	252.563	275.869
870	RWA para risco operacional por abordagem padr. - RWAopad	15.815	14.663
900	Total dos ativos ponderados por risco	268.377	290.532
	Requerimento mínimo de capital		
890	Capital p/ cobertura do risco de variação na taxa de juros - IRRBB	4.224	7.025
910	PR mínimo requerido para o RWA (8% sobre conta 900)	21.470	23.243

911	PR mínimo requerido para o RWA e para risco de variação na taxa de juros (Conta 890 + 910)	25.694	30.268
920	PRN1 mínimo requerido para o RWA (6% sobre conta 900)	16.103	17.432
930	CP mínimo requerido para o RWA (4,5% sobre conta 900)	12.077	13.074
931	CP requerido para manutenção de instr. elegíveis ao capital complementar (5,125% sobre conta 900)	13.754	14.890
932	CP requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível II (4,5% sobre conta 900)	12.077	13.074
940	Adicional de capital principal mínimo requerido para o RWA (2,5% sobre conta 900)	6.709	7.263
Margem ou insuficiência de capital			
950	Margem sobre patrimônio de referência requerido (conta 100 - 910)	21.199	23.420
951	Margem sobre patrimônio de referência nível 1 requerido (conta 110 - 920)	10.392	13.020
952	Margem sobre o capital principal requerido (conta 110 - 930)	14.418	17.378
953	Margem sobre o PR considerando IRRBB e adicional de capital (conta 100 - 890 - 910 - 940)	10.266	9.131
Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização			
150	Limite para imobilização (50% da conta 100)	21.335	23.331
160	Valor da situação para o limite de imobilização (Saldo do ativo permanente)	9.384	8.825
960	Valor da margem ou insuficiência para o limite de imobilização (M/I)	11.951	14.506

b. Indicadores

Índices

Índice de basileia - IB = (conta 100 / 900)	16,06%	12,68%
Índice de basileia amplo - IBA = (conta 100 / 890 + 900)	15,68%	12,57%
Índice de Nível I - IN1 = (conta 110 / 900)	10,48%	12,68%
Índice de capital principal - ICP = (conta 111 / 900)	10,48%	12,68%

23 Eventos subsequentes

Em 14 de julho de 2023, a Financeira efetuou a venda de carteiras de operações de crédito constantes em prejuízo e classificadas em rating H pelo valor de R\$ 4.528 obtendo um lucro não operacional no valor de R\$ 4.528.

* * *

Wilmar Hammerschmitt
Presidente

Moacir Carlos Engelmann
Diretor de Operações

Fábio Von Groll
Diretor-administrativo-financeiro

Ademir Rogério Diel
Diretor de negócios

Jean Carlos Pachla
Diretor de Produtos Digitais e Tecnologia

Adelar José Diel
Contador CRC/RS 062617